



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação
Gerência de Licitações e Contratos
Coordenação de Compras
Comissão de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 265/2019
PROCESSO LICITATÓRIO: 2017740/2019
PREGÃO ELETRÔNICO: 154/2019
REQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – RRP: 46/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE VITÓRIA – PMV E A EMPRESA OFICIAL PAPER IND E COM EIRELI.

As partes abaixo identificadas e devidamente representadas ajustam formalizar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, observadas as disposições da legislação vigente, em especial a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei Municipal n.º 8.753/14 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 16.379/15, e ainda de acordo com o Edital da Licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico n.º **154/2019**, bem como o resultado da classificação das propostas apresentadas, que constituem partes integrantes deste instrumento independente de transcrição, mediante as cláusulas e condições que se seguem.

De um lado o **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**, por intermédio da **SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.142.058/0005-50, com sede à Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, n.º 1927, 2º andar, bloco "B", Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP 29.050-945, neste ato representada por seu Ordenador(a) de Despesas, abaixo subscrito, e Presidente da Comissão de Registro de Preços – SEGES, Cristina Costa Ganen Berbet, adiante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

De outro lado, a empresa **OFICIAL PAPER IND E COM EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.400.443/0001-44, estabelecida na Rua Toyota, 395, Jardim Piemont Norte, Betim/MG, CEP: 32689-354, Telefone/Fax: (31) 3566-2431, E-mail: oficiallicitacao@gmail.com, representada por seu representante comercial, Sr(a). Hyago Cristino Alves, portador(a) do RG n.º 17.063.858-SSP/MG e inscrita no CPF sob n.º 117.137.166-74, adiante denominada **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto desta ATA, o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PAPEL HIGIÊNICO 300M**, conforme especificações e quantidades detalhadas no subitem 3.2.

1.2. O **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** ficará obrigado a atender a todos os pedidos efetuados pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, respeitados os quantitativos registrados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Integram a presente Ata de Registro de Preços, na qualidade de Órgãos Participantes:

2.1.1. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.142.058/0009-83, com sede à Rua Doutor Arlindo Sodré, n.º 485, Itararé, Vitória/ES, CEP: 29.047-500;

2.1.2. SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.142.058/0005-50, com sede à Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, n.º 1927, Bento Ferreira,

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**

Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação
Gerência de Licitações e Contratos
Coordenação de Compras
Comissão de Registro de Preços

Vitória/ES, CEP: 29.050-945.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor global desta ATA é de R\$ 285.873,00 (Duzentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e setenta e três reais).

3.2. Os valores unitários dos itens registrados são os constantes da tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR GLOBAL R\$
01	2.16.22.0004.4	PAPEL, Tipo/Modelo: Higiénico, Comprimento [m]: 300, Material: 100% Fibras Virgens de Celulose, Características: Macio, com Alta Absorção, Laudos Microbiológicos e de Acordo com a ANVISA e Ministério da Saúde, Qualidade Exigida: Primeira, Largura [+/- 2 mm]: 10 Cm, Embalagem [unidades]: 08 [oito] ou 12 [doze] Rolos..	OFFICIAL PAPER	RL	68.065	4,20	285.873,00
VALOR TOTAL DA ATA							R\$ 285.873,00

3.3. O(s) preço(s) registrado(s) corresponde(m) ao valor por item constante(s) da(s) proposta(s) de preços apresentada(s) no Pregão Eletrônico nº 154/2019, que faz parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

3.4. O(s) preço(s) do(s) item(ns) é(são) fixo(s) e irrevogável(is), inclusos todos os custos e despesas de transporte, seguros, impostos e taxas de qualquer natureza sendo, porém, facultado a revisão do(s) mesmo(s) desde que verificada e comprovada alterações no mercado, e na forma estabelecida no Decreto Municipal n.º 16.397/15.

3.5. Nas hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei n.º 8.666/93, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual, mediante processo fundamentado e aceito pela Administração, conforme especificado na cláusula sexta deste Instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

4.1. Esta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi aprovada pela Controladoria Geral e Procuradoria Geral do Município, bem como os preços nela registrados terão vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir do dia posterior ao da publicação no veículo de imprensa oficial do Município de Vitória.

4.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4.1.1.1. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, quando o preço decorrente de procedimento de licitação específico for igual ou superior ao registrado.



4.2. Quando houver contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços, estes terão sua vigência conforme as disposições contidas no Edital da licitação, obedecendo ao disposto no art. 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

5.1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO, que exercerá suas atribuições por intermédio da Subsecretaria de Gestão Administrativa e equipe que compõe o ÓRGÃO GERENCIADOR – SEGES, designados pela autoridade competente.

5.2. A execução dos atos decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão acompanhadas e fiscalizadas por representante(s) da Administração denominado(s) GESTOR(ES) DA ATA/FISCAL(IS) DE CONTRATO:

I. NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SEME): Paulo Roberto Uliana. Telefone: (27) 3135-1014.

II. NA SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO (SEGES): Fábio Dias da Silva. Telefone: (27) 3382-6398.

5.3. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato não exclui a responsabilidade da empresa, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DA ATA E REVISÃO DE PREÇOS

6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do Art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

6.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.3. Os fornecedores que não aceitam reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais



vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO

- 7.1.** Comprovada a vantagem, e segundo as conveniências da administração, os órgãos e unidades da administração direta do município sob o controle do ÓRGÃO GERENCIADOR, poderão solicitar o fornecimento dos produtos integrantes desta Ata de Registro de Preços.
- 7.2.** Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante solicitação por escrito do órgão e/ou unidade interessada em adquirir o(s) produtos(s) com preços registrados nesta Ata de Registro de Preços, a indicação do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR beneficiário do registro.
- 7.3.** Comprovada a necessidade pelos órgãos participantes e/ou unidade da administração, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá ser previamente consultado, através de Ofício ou outro meio de comunicação eficaz, acerca da possibilidade de fornecimento, devendo o mesmo se manifestar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 7.4.** Havendo a concordância do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, será emitida a Autorização de Fornecimento (AF) e/ou Nota de Empenho.
- 7.5.** Não ocorrendo manifestação do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, presumir-se-ão aceitas as condições e compromisso de fornecimento, devendo ser emitida a respectiva Autorização de Fornecimento (AF) e/ou nota de empenho, sendo que, o descumprimento acarretará na aplicação das sanções previstas neste instrumento.
- 7.6.** O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, porém, imediata e integral a cada solicitação de produto e/ou material por Autorização de Fornecimento (AF) e/ou nota de empenho, nos prazos estabelecidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃOS PARTICIPANTES ou unidades requisitantes.
- 7.7.** Os produtos/materiais deverão ser entregues em suas embalagens originais, contendo marca, fabricante, quantidade, informações de segurança, prazo de validade, tudo de acordo com a legislação em vigor, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.
- 7.8.** O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, quando da ocorrência do fornecimento deverá garantir a qualidade dos produtos e/ou materiais, devendo ainda, quando solicitado, substituir prontamente o produto que porventura não atenda aos requisitos firmados, sob pena das sanções cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DOS LOCAIS, PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 8.1.** O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, porém, imediata e integral a cada solicitação de produto e/ou material por Autorização de Fornecimento – AF e/ou nota de empenho, nos prazos estabelecidos pelo(s) ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) ou unidade(s) requisitante(s).
- 8.2.** Os produtos/materiais, quando solicitados deverão ser entregues nos endereços estabelecidos na Autorização de Fornecimento (AF) emitida, podendo, ocorrer nos seguintes endereços:
- I. PARA ENTREGA DOS PRODUTOS DESTINADOS À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:**
Almoxarifado Central – Rua Marins Alvarino, s/nº, Itararé, Vitória/ES, CEP 29.047-660. Telefone: (27) 3135-1060/1057.
- II. PARA ENTREGA DOS PRODUTOS DESTINADOS À SECRETARIA DE GESTÃO,**



PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO: Almoxarifado – SEGES – Avenida João Palácios, 503, Eurico Salles, Serra-ES, CEP: 29.160-161. Telefone: (27) 3382-6397/3382-6398.

8.3. Os locais de entrega poderão sofrer alterações, de acordo com a necessidade do Município.

8.4. O horário de recebimento dos materiais será de 12h as 18h para as entregas realizadas na Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação e de 09h as 17h para as entregas realizadas na Secretaria de Educação, podendo ser alterado pelo Requisitante, quando houver necessidade.

8.5. O prazo de entrega do material será de até 30 (trinta) dias após o recebimento, pelo fornecedor, da Autorização de Fornecimento (AF), de acordo com as condições de entrega definidas.

8.6. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificados os motivos, nos termos do art. 57, § 1º e seus incisos da Lei nº 8.666/1993.

8.6.1. Para os fins previstos neste item a contratada deverá protocolar o seu pedido devidamente justificado antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

8.7. Os materiais devem ser entregues dentro das especificações e deverão estar isentos de amassamentos, avarias e quaisquer outros defeitos que prejudiquem ou tornem imprópria sua utilização.

8.8. As embalagens deverão estar devidamente lacradas no ato de cada entrega. Caso haja qualquer dano ao lacre, as mesmas deverão ser recolhidas pelo fornecedor imediatamente após entrega.

8.9. Quando da entrega do produto, o mesmo deverá apresentar validade mínima de 10 (dez) meses da validade definida pelo fabricante, que não deverá ser inferior a 12 (doze) meses.

8.9.1. Os custos referentes à obtenção dos laudos serão de responsabilidade dos participantes da licitação.

8.10. A responsabilidade do fornecedor, decorrente do presente instrumento, estará vinculada ao que dispõe a Lei nº 8.078, de 11/09/90 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).

8.11. O quantitativo para cada entrega será definido pelo Requisitante, conforme a demanda.

8.12. O recebimento será condicionado à conferência, exame qualitativo, quantitativo e aceitação final obrigando o licitante vencedor a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verifiquem defeitos ou incorreções.

8.13. OS PRODUTOS/MATERIAIS DEVERÃO SER ACEITOS DA SEGUINTE FORMA:

a) Provisoriamente, no ato da entrega, pelo setor de almoxarifado da unidade requisitante ou pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;

b) Definitivamente, após a verificação de qualidade e quantidade e consequente aceitação pela unidade requisitante.

8.13.1. O servidor designado poderá solicitar a substituição de um produto por outro em caso de avaria de embalagens, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento daquele que foi devolvido.

8.13.2. O recebimento provisório dos produtos não implica a aceitação dos mesmos.

8.13.3. Os itens que estiverem em desacordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência, apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso, serão recusados e devolvidos parcial ou totalmente, conforme o caso, ficando a CONTRATADA obrigada a substituí-los



no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação escrita, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução;

8.13.4. O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade do produto entregue.

8.13.5. A aceitação do objeto será condicionada à conferência, exame qualitativo, quantitativo e aceitação final obrigando o licitante vencedor a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem defeitos ou incorreções.

8.13.6. A eventual reprovação dos produtos/materiais, em qualquer fase da sua entrega, não implicará em alteração nos prazos, nem eximirá o(s) compromissário(s) fornecedor(es) das aplicações das sanções pertinentes.

CLAUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas para suportar a(s) eventual(is) aquisição dos materiais/serviços com preços registrados nesta Ata de Registro de Preços correrão à conta da dotação orçamentária e fonte de recursos vigentes e devidamente consignados na ocasião da efetiva necessidade do fornecimento e instrução do processo respectivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. Caso ocorra o fornecimento, o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) devidamente atestada(s) pelo(s) Órgão(s) ou unidade(s) requisitante(s) do Município de Vitória.

10.2. Na emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá descrever os produtos, com o nome específico de cada um, bem como o número do Processo, número do contrato (quando houver), da ordem de fornecimento e o quantitativo dos produtos efetivamente entregues.

10.2.1 **A(S) NOTA(S) FISCAL(IS)/FATURA(S) DEVERÁ(ÃO) SER EMITIDA(S) COM A RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DO ÓRGÃO REQUISITANTE, CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/ORDEN DE SERVIÇO.**

10.3. Ocorrendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Fornecimento(s)/Fatura(s) apresentadas, estas serão devolvidas ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado à partir da data da apresentação destas, devidamente corrigidas, ou de nova(s) Nota(s) Fiscal(is)/ Fatura(s), que substituirá(ão) aquela(s).

10.4. Os ÓRGÃOS GERENCIADOR e/ou PARTICIPANTES poderá(ão) deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR em decorrência de inadimplemento deste contrato.

10.5. Os pagamentos poderão ser sustados pela Contratante nos seguintes casos:

a) Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar a Contratante;

b) Inadimplência de obrigações assumidas pela Contratada para com o Município de Vitória, por conta do estabelecido neste Edital;



c) Erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviço/Fatura(s).

10.6. Os pagamentos serão efetuados conforme disposto no item 10.1 desta Cláusula, e ficam condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta), expedida pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida;

b) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa, devidamente válida;

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, devidamente válida;

d) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município de Vitória, devidamente válida;

e) Prova de Regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, devidamente válida;

f) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, devidamente válida;

g) Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

10.7. Com vistas a agilizar o procedimento, necessário se faz que a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) tragam consignadas o nº do processo que originou a contratação, o nº do contrato e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.

10.8. É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação do fornecimento.

10.9. A Contratante poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela Contratada em decorrência de inadimplemento deste Contrato.

10.10. É expressamente vedado ao licitante cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

10.11. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Administração do Município de Vitória em favor do FORNECEDOR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. DEVERES DO COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR e/ou CONTRATADO

11.1.1. Fornecer os materiais, estritamente de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência, bem como nos prazos e quantitativos estabelecidos pela unidade requisitante, responsabilizando-se pela substituição dos mesmos na hipótese de se constatar estarem em desacordo com as referidas especificações.

11.1.2. Entregar o(s) material(is) no prazo preestabelecido e de acordo com as especificações.

11.1.3. Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE através da Coordenação de Compras (SEGES/GLC/CP), e/ou aos Fiscais/Gestores da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, por escrito, e antes da comunicação pela administração da necessidade do material, existência e/ou ocorrência de fato superveniente que prejudique e/ou impossibilitem o cumprimento das



responsabilidades assumidas.

11.1.4. Remover, às suas expensas, todo o material que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

11.1.5. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação.

11.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Município de Vitória.

11.1.7. Solicitar prorrogação de prazos de entrega justificando os motivos ensejadores do atraso indicando com clareza nova data para efetivação da entrega.

11.2. DEVERES DO ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE

11.2.1. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários à execução da Ata de Registro de Preços e/ou contrato;

11.2.2. Controlar os saldos das Atas de Registro de Preços por órgãos participantes.

11.2.3. Instruir e gerenciar as solicitações de adesão consultando o fornecedor quanto ao interesse.

11.2.4. Consultar o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR antes da emissão do respectivo Empenho e Autorização de Fornecimento (AF) quanto à disponibilidade dos produtos a serem adquiridos.

11.2.5. Autorizar a prorrogação de prazo de entrega de materiais após consulta ao órgão requisitante.

11.2.6. Proceder à abertura de processo com vistas à aplicação de penalidades quando a infração for relativa a descumprimento que afeta a toda a Ata de Registro de Preços.

11.2.7. Instruir e se manifestar nos processos de penalidade, quando solicitado pelo órgão competente quanto à conduta do Compromissário Fornecedor em relação à determinada Ata de SRP ou fornecimento sugerindo ainda a penalidade a ser aplicada após análise.

11.3. DEVERES DO GESTOR / FISCAL - ÓRGÃO REQUISITANTE

11.3.1. Providenciar a abertura de processo de aquisição ao verificar a necessidade, sempre com prévia antecedência à sua utilização, visando a não paralisação dos serviços.

11.3.2. Proceder consulta da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista do compromissário fornecedor.

11.3.3. Verificar a existência de recursos financeiros para custear a aquisição.

11.3.4. Providenciar as inspeções dos fornecimentos, com vistas ao cumprimento dos prazos pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR e/ou CONTRATADO.

11.3.5. Atestar e receber os materiais efetivamente fornecidos de acordo com as cláusulas constantes da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato do qual este faz parte integrante.

11.3.6. Efetuar os pagamentos devidos ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR e/ou CONTRATADO, na forma estabelecida na Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.

11.3.7. Autorizar a prorrogação de prazo de entrega de materiais quando solicitado pelo compromissário fornecedor e devidamente justificado.

11.3.8. Notificar o fornecedor quando da verificação de ocorrências, erros, falhas, atrasos,



concedendo prazo para correção das pendências.

11.3.9. Proceder à abertura de processo solicitando a aplicação de penalidade e encaminhar à SEGES/SUB-ADM, quando a ocorrência referir-se ao fornecimento/contratação de sua Unidade Gestora / Secretaria requisitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES INTERNOS E EXTERNOS

12.1. Em atendimento a Lei Municipal 8.753/2014, alterada pela lei nº 9.148/2017 e desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e nas seguintes condições:

12.2. Para os órgãos não participantes internos, a utilização da ata poderá ser feita por meio de **remanejamento de saldo**;

12.3. Para os órgãos não participantes externos, a utilização da ata poderá ser feita por meio de adesão, observadas as regras estabelecidas no Decreto nº 16.379/2015, e alterações, se houver, e conforme as instruções elencadas nos itens subsequentes.

12.4. Os órgãos externos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, devendo, para tanto, observar as condições previstas no Decreto Municipal nº 16.379/2015 e alterações, quando houver.

12.5. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.6. As adesões a que se refere este artigo **não poderão exceder ao quádruplo** do quantitativo dos itens registrados na ata de registro de preços, independente da quantidade de órgãos aderentes.

12.7. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este subitem não poderão exceder, na totalidade, a cem por cento do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.8. As aquisições ou contratações adicionais ocorrerão apenas uma vez por órgão que não tenha participado do procedimento licitatório e não poderá ultrapassar os cem por cento previstos acima.

12.9. Após a autorização do órgão gerenciador e aceite por parte do compromissário fornecedor, as aquisições ou contratações adicionais para os órgãos não participantes deverão ser realizadas de forma imediata na sua integralidade.

12.10. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INCIDÊNCIAS FISCAIS

13.1. Os tributos que sejam devidos, em decorrência direta ou indireta da presente Ata de Registro de



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação
Gerência de Licitações e Contratos
Coordenação de Compras
Comissão de Registro de Preços

Preços, serão de exclusiva responsabilidade do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, assim definido nas Normas Tributárias.

13.2. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de material, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

14.1. O licitante fica sujeito à penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Município de Vitória e será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores da PMV pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei 10.520/2002 pelos seguintes motivos:

- a) Não assinar a ata, injustificadamente (inexecução total): até 04 (quatro) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação (tempo decorrido da realização da disputa até sua convocação, influências do mercado nos valores, possibilidade de desistir da proposta antes da convocação, justificadamente, e outras agravantes ou atenuantes para dosimetria);
- b) Deixar de entregar ou entregar em desconformidade, injustificadamente, após a convocação, documentação exigida para o certame: até 02 (dois) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação (tempo decorrido da realização da disputa até sua convocação, influências do mercado nos valores e outras agravantes ou atenuantes para dosimetria);
- c) Apresentar documentação falsa: até 05 (cinco) anos, sendo que o prazo será definido dependendo da comprovação de que o licitante foi o responsável direto ou indireto pela apresentação; se tinha conhecimento da falsificação; se agiu com dolo ou culpa;
- d) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 15 (quinze) dias até 30 (trinta) dias: até 01 (um) ano, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;
- e) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 30 (trinta) dias: até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos.
- f) Falhar, injustificadamente na execução do contrato (inexecução parcial ou total): até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, se a inexecução foi total ou parcial, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos.

14.2. Ao(s) Licitante(s) poderá(ão) ser aplicada(s) ainda a(s) seguinte(s) sanção(ões), além das responsabilidades por perdas e danos:

I. Multas – nos seguintes casos e percentuais:

- a) Multa de Mora: Por atraso injustificado na entrega do item contemplado na Autorização de Fornecimento (AF) e/ou atraso injustificado na substituição dos produtos defeituosos em até 10 (dez) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total do produto entregue com atraso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação
Gerência de Licitações e Contratos
Coordenação de Compras
Comissão de Registro de Preços

- b) Multa de Mora:** Por atraso injustificado na entrega do item contemplado na Autorização de Fornecimento (AF) e/ou atraso injustificado na substituição dos produtos defeituosos superior a 10 (dez) dias: 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do produto entregue com atraso;
- c) Multa Compensatória:** Por atraso injustificado na entrega do item contemplado na Autorização de Fornecimento (AF) e/ou atraso injustificado na substituição dos produtos defeituosos superior a 20 (vinte) dias: 10% (dez por cento) sobre o valor do produto entregue com atraso, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho Total ou Parcial;
- d) Multa Compensatória:** Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar ou assinar a Ata de Registro de Preços, injustificadamente, uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 2% (dois por cento) sobre o valor total da Ata;
- e) Multa Compensatória:** Por entregar em desconformidade, injustificadamente, o objeto contemplado na Autorização de Fornecimento: 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela entregue em desconformidade e possibilidade de cancelamento da ata;
- f) Multa Compensatória:** Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar, receber ou retirar a Autorização de Fornecimento (AF) e/ou solicitar cancelamento da entrega antes da emissão da Autorização de Fornecimento, uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 10% (dez por cento) sobre o valor total da Autorização de Fornecimento (AF);
- g) Multa Compensatória:** Por deixar de manter as condições de habilitação durante toda a vigência da ata de registro de preços/contrato, uma vez que caracteriza o descumprimento da obrigação assumida impossibilitando a contratação: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da AF e possibilidade de cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- h) Multa Compensatória:** Por inexecução total injustificada da Autorização de Fornecimento (AF), caracterizada pela verificação da não entrega do produto após 60 (sessenta) dias: 20% (vinte por cento), sobre o valor total da Autorização de Fornecimento (AF), com possibilidade de cancelamento da Ata.
- II. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, nos casos de:**
- a) Fraude na execução da contratação;**
- b) Comportamento de modo inidôneo ou cometimento de fraude fiscal.**
- 14.3.** As multas previstas no inciso I do item 14.2 poderão ser descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso, com a devida anuência do fornecedor.
- 14.4.** As sanções previstas no item 14.1 e no inciso I do item 14.2 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do item 14.2, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- 14.5.** As sanções previstas no item 14.1 e no inciso I do item 14.2 são de competência da Subsecretaria de Gestão Administrativa da Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação, facultada a defesa prévia do Licitante, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- 14.6.** A sanção prevista no inciso II do item 14.2 é de competência do Secretário Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação, facultada a defesa do Licitante, no respectivo processo administrativo de penalidade, no prazo de 10 (dez) dias da notificação e abertura de vista.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação
Gerência de Licitações e Contratos
Coordenação de Compras
Comissão de Registro de Preços

14.7. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CANCELAMENTO

15.1. O compromissário fornecedor terá o registro de seu preço cancelado pela Administração nas seguintes hipóteses:

- a) Não cumprir as exigências da ata de registro de preços;
- b) Não assinar o contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Por inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente, decorrente do registro de preços;
- e) Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

15.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV, deste artigo, será formalizado por decisão da autoridade competente do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo dada a devida publicidade por meio do veículo de imprensa oficial do Município.

15.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

15.4. Por razão de interesse público;

15.5. A pedido do fornecedor, desde que ocorra antes da consulta de disponibilidade por parte da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, Comarca da Capital, Vitória/ES, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços.

E, por assim estarem acordadas, declaram as partes aceitar todas as condições estabelecidas nas cláusulas da presente Ata de Registro de Preços, que, após lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vitória, 02 de setembro de 2019.



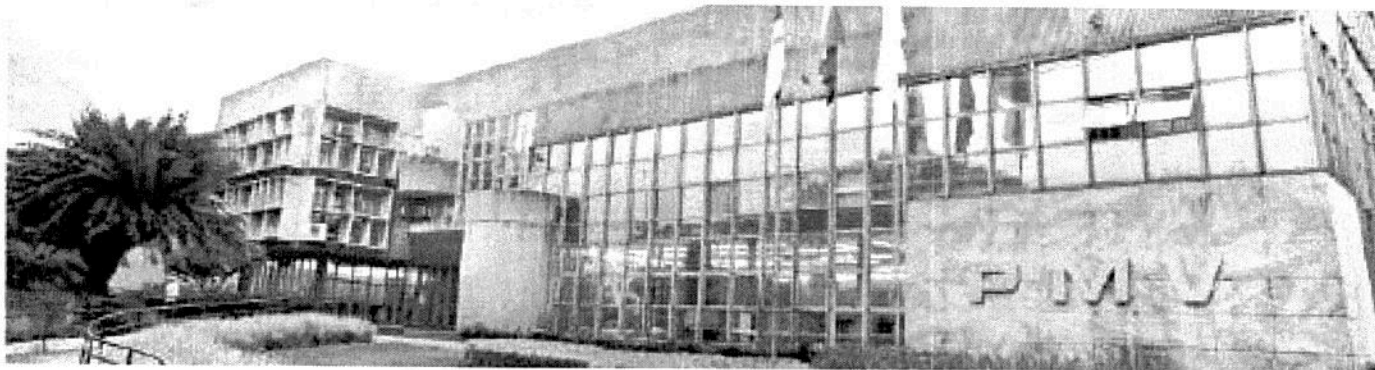
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação
Gerência de Licitações e Contratos
Coordenação de Compras
Comissão de Registro de Preços

THYARA DE CARVALHO FARIA DAMASCENO
AUTORIDADE COMPETENTE DA
CENTRAL DE LICITAÇÕES
P/ MUNICÍPIO DE VITÓRIA
P/ ÓRGÃO GERENCIADOR - SEGES


CRISTINA COSTA GANEN BERBET
PRESIDENTE DA COMISSÃO DO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS -
SEGES
P/ MUNICÍPIO DE VITÓRIA
P/ ÓRGÃO GERENCIADOR - SEGES



HYAGO CRISTINO ALVES
OFICIAL PAPER IND E COM EIRELI
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR
CI: 17.063.858-SSP/MG



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Edição nº 1255

02 de setembro de 2019

ES - Brasil

PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 122/2019

O Secretário Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta nos processos indicados abaixo, faz saber que:

1 – Considerando as autorizações constantes nos processos nº **4031274/2019**, **4031508/2019**, **4227006/2019**, **4227203/2019**, **4227494/2019**, **4227728/2019**, **4227872/2019**, **4228196/2019**, **4228952/2019**, **4229843/2019**, **4230129/2019** e o não comparecimento e pedidos de reclassificação dos candidatos convocados por meio do Edital nº. 117/19 ficam convocados os candidatos aprovados nos **Editais dos Processos Seletivos Simplificados** abaixo relacionados a comparecerem no **SAGUÃO da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, situado à Rua Arlindo Sodré, 485, Bairro Itararé – Vitória – ES, CEP: 29.047-500, munidos dos **documentos exigidos como requisito mínimo (graduação)** e para o enquadramento salarial (Pós-graduação, Mestrado ou Doutorado), mediante cópia simples com original para autenticação ou já autenticada em cartório, tudo em envelope com nome, função e telefone, nos dias **04/09/2019 ou 05/09/2019 às 9:30h**, quando receberão encaminhamento de Laudo Médico para contratação por tempo determinado, conforme Lei Municipal nº 7.534/2008.

PEB I – EDUCAÇÃO INFANTIL – 25 horas (ED. 006/2017)

Processo n.º 2294301/2019

590º Eliane Almeida Santos de Araujo

Processo n.º 3101005/2019

591º Larissa Pereira Vieira Santos

Processo n.º 4227203/2019

592º Francisca Scaquete Costa

593º Maria Benedita Pereira Igidio

594º Adriana Maria Lopes Calmon

Processo n.º 4227006/2019

595º Michelli Pereira

PEB II – SÉRIES INICIAIS – 25 horas (ED. 020/2017)

Processo n.º 1217244/2019

508º Sabrina de Souza Rodrigues

Processo n.º 1483807/2019

509º Flavia Maximina Correia

Processo n.º 2078022/2019

510º Francislaiane Rodrigues Vieira

Processo n.º 4227494/2019

511º Sandra Agner

512º Rovenia Cristina Guimaraes

513º Juliana Nunes de Assis Ricardo

514º Keyla Eva Firme

Processo n.º 6364635/2018

515º Gerllyane Pereira Igidio

Processo n.º 1483943/2019

516º Raqueline Ramos Alexandre

Processo n.º 1484834/2019

517º (***)Raphaella Lima Pereira

Processo n.º 1796405/2019

518º Kenia Ribeta Falqueto

Processo n.º 824115/2019

519º Camila Rocha Campos Traspadini

Processo n.º 971168/2019

520º Maria da Penha Sarmento de Azevedo

Processo n.º 2084007/2019

521º Celeste Aida Veloso dos Santos

Processo n.º 2079300/2019

522º Sarita da Silva Chaves

Processo n.º 2083649/2019

523º Gloria das Gracias Schmitel da Penha Lemos

Processo n.º 2083260/2019

524º Simone Pires Guimaraes Machado

PEB III – DINAMIZADOR DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA – 25 horas (ED. 017/2018)

Processo n.º 4228196/2019

41º Renata Cordeiro Alves

PEB III – DINAMIZADOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 25 horas (ED. 017/2018)

Processo n.º 3101916/2019

69º Alexandre Anselmo de Moraes

Processo n.º 3973019/2019

70º Alex Fabiano Passos Dossi

71º (***)Katia Ferreira Barcellos

PEB III – EDUCAÇÃO FÍSICA – 25 horas (ED. 017/2018)

Processo n.º 5441685/2018

82º Alexandre Anselmo de Moraes

83º (***)Katia Ferreira Barcellos

PEB III – HISTÓRIA – 25 horas (ED. 021/2018)

Processo n.º 4227728/2019

37º Maria Tereza Prucoli Gazoni Soares

PEB III – INFORMÁTICA EDUCATIVA – 25 horas (ED. 004/2017)

Processo n.º 3769459/2019

143º Adriana Souza Machado

144º Debora Cristina Juvenio dos Santos

Processo n.º 2594408/2019

145º Lidiane Rodrigues dos Santos

Processo n.º 3405875/2019

146º Daiane Siqueira Rocha

PEB III – LÍNGUA PORTUGUESA – 25 horas (ED. 006/2018)

Listagem: candidato com Deficiência

Processo n.º 4227728/2019

2º Adilson Mariano

PEB III – LÍNGUA PORTUGUESA – 25 horas (ED. 006/2018)

Processo n.º 4227728/2019

38º Aldamara Santos de Jesus

PEB III – MATEMÁTICA – 25 horas (ED. 021/2017)

Processo n.º 4227728/2019

72º Nivaldo Antonio de Souza

Processo n.º 4230129/2019

73º Gisselli Demonier Possatto

74º Franqueline Silva Ferreira

75º Gina Galeri

76º Letícia Maria Ferreira Bernardo

77º Nilza de Souza Costa

PEB III – MÚSICA – 25 horas (ED. 004/2017)

Processo n.º 4227728/2019

8º Sabrina Fernandes da Silva

PEB IV- COORDENADOR DE TURNO – 25 horas (ED. 001/2018)

Processo n.º 4031274/2019

92º Roziana Katia Miurim Dalfior

Processo n.º 4031508/2019

93º Vagner Siqueira De Campos

PEB IV – FUNÇÃO PEDAGÓGICA – 25 horas (ED. 001/2018)

Listagem: candidato com Deficiência

Processo n.º 1797304/2019

8º Rejane Correa Goncalves

PEB IV – FUNÇÃO PEDAGÓGICA – 25 horas (ED. 001/2018)

Processo n.º 4227872/2019

170º Lucilei de Oliveira

171º Marta Helena Barros Simoes Janes

172º (***)Fabiola Lippaus de Almeida Campos

173º Patricia Aparecida Silva Mendes

2 – O não comparecimento do candidato no prazo especificado no item 1 implicará na sua reclassificação para o final da lista de reserva do processo seletivo simplificado ao qual concorreu, caso o mesmo não tenha sido reclassificado anteriormente.

3 – O candidato indicado pelo símbolo (*) fica ciente de que, para assumir esta função, não poderá acumulá-la com a(s) que mantém atualmente, devendo optar pela rescisão de vínculo em vigência, conforme artigo 31 da Lei Orgânica do Município, que trata dos acúmulos de cargos públicos.**

4 – Para EFEITO DE ENQUADRAMENTO SALARIAL será feita análise da documentação na Secretaria de Educação, após a convocação, sendo que esta deverá, OBRIGATORIAMENTE, cumprir com TODAS as exigências das resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE). O candidato poderá entrar com recurso referente ao enquadramento no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento do início de atividades.

Vitória, 28 de agosto de 2019.

Mateus de Sá Mussa

Secretário Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação

SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 123/2019

O Secretário Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta nos processos indicados abaixo, faz saber que:

1 – Considerando as autorizações constantes nos processos nº 4228952/2019, 4229843/2019 e o não comparecimento e pedidos de reclassificação dos candidatos convocados por meio dos Editais anteriores, ficam convocados os candidatos abaixo relacionados a comparecerem no

SAGUÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, situado à Rua Arlindo Sodré, 485, Bairro Itararé - Vitória - ES, CEP: 29.047- 500, no dia **04/09/2019 ou 05/09/2019 às 09:30h**, quando receberão encaminhamento de Laudo Médico para contratação por tempo determinado, conforme Lei Municipal nº 7.534/2008.

ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL-30H (ED. 002/2018)

Processo nº 4228952/2019

635º Olivia Maria Fritoli

636º Aline Aparecida Pizoni Tomasi

Processo nº 4229843/2019 - SEME

637º Vanessa Maria Alves Rebuli Bezerra

638º Luanna Ferreira Jaques

639º Luana Ramos Silva

2 - O não comparecimento no prazo especificado no item 1 implicará na sua reclassificação para o final da lista de reserva do processo seletivo simplificado ao qual concorreu, caso o mesmo não tenha sido reclassificado anteriormente.

Vitória, 28 de agosto de 2019.

Mateus de Sá Mussa

Secretário Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação

SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 236/2019

AVISO DE SUSPENSÃO

O Município de Vitória torna público, por decisão do setor técnico, a SUSPENSÃO "SINE DIE" do Pregão Eletrônico em epígrafe.

Ressaltamos que a disponibilização do novo Edital, contendo as novas datas e horários, será comunicada oportunamente por meio dos mesmos veículos de imprensa.

PROCESSO Nº 675491/2019.

OBJETO: Registro de preços visando futuras e eventuais aquisições de carimbos e serviços de troca de refil e borracha.

Informações no Tel.: (27) 3382-6037.

Vitória-ES, 27 de agosto de 2019.

Samyra Gomes da Fonseca

Pregoeira Municipal

SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 265/2019

Processo:2017740/2019 Pregão Eletrônico nº: 154/2019

Validade do Registro: 12 (doze) meses a partir da publicação deste extrato no veículo de imprensa oficial.

Objeto: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Papel Higiênico 300 metros.

Órgão Gerenciador: SEGES

Órgão(s) Participante(s): SEGES,SEME

Compromissário Fornecedor		CNPJ			
OFICIAL PAPER INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP		09.400.443/0001-44			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT. R\$
1	PAPEL, Tipo/Modelo: Higiênico, Comprimento [m]: 300, Material: 100% Fibras Virgens de Celulose, Características: Macio, com Alta Absorção, Laudos Microbiológicos e de Acordo com a ANVISA e Ministério da Saúde, Qualidade Exigida: Primeira, Largura [+/- 2 mm]: 10 Cm, Embalagem [unidades]: 08 [oitos] ou 12 [doze] Rolos	RL	OFFICIAL PAPER	68.065	4,20

SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 266/2019

Processo:2017740/2019 Pregão Eletrônico nº: 154/2019

Validade do Registro: 12 (doze) meses a partir da publicação deste extrato no veículo de imprensa oficial.

Objeto: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Papel Toalha.

Órgão Gerenciador: SEGES

Órgão(s) Participante(s): SEGES,SEME

Compromissário Fornecedor		CNPJ			
ARRUDA COMERCIO DE PRODUTOS D LIMPEZA EIRELI		30.681.395/0001-04			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT. R\$